



**Universidade Federal do Espírito Santo
Centro de Ciências Humanas e Naturais
Departamento de Geografia**

**GEOGRAFIA DOS ALIMENTOS - DIAGNÓSTICO PROPOSITIVO SOBRE O CONSUMO
DE ALIMENTOS NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA: ORIGEM, DESTINO E QUALIDADE
DA ALIMENTAÇÃO DA POPULAÇÃO DE VITÓRIA.**

Equipe Responsável pela execução:

Prof. Dr. Paulo César Scarim - Professor do Departamento de Geografia da
UFES

Pedro Henrique Gomide Lucci – Graduando em Geografia (Bacharel e
licenciatura), cursando o 8º período pela UFES

**VITÓRIA
FEVEREIRO/2009**

INTRODUÇÃO

Buscou-se nesse relatório, reunir num documento, as diversas produções e levantamentos de dados realizados ao longo do semestre, a fim de análise geral e base teórica para o prosseguimento mais direcionado do projeto de pesquisa: ***Diagnóstico propositivo sobre o consumo de alimentos no Município de Vitória: Origem, destino e qualidade da alimentação da população de Vitória.***

A partir de reportagens e artigos, faz-se uma análise das mesmas, um levantamento das informações direcionadas, e a contextualização da atual crise mundial dos alimentos. Assim, relaciona-se o atual contexto, com leituras bibliográficas previamente realizadas, a fim de dar base teórica e buscar um entendimento geral do atual momento.

Ao longo do período, diversas informações e dados foram obtidos, na qual também são expostos neste relatório, para se fazer enxergar os principais atores envolvidos e a representatividade de cada setor, desde a produção ao consumo dos alimentos no Município de Vitória.

A GEOPOLÍTICA DOS BIOCOMBUSTÍVEIS E A CRISE MUNDIAL DOS ALIMENTOS

“Não é preciso nenhuma teoria conspiratória para ver a ligação entre o exponencial e meteórico aumento dos preços do petróleo e os interesses no etanol e no biocombustível.”

Carlos Walter Porto Gonçalves

Ao pensar numa geopolítica dos biocombustíveis relacionando à atual crise dos alimentos que estamos vivendo, vemos como o delineamento do mundo, mas principalmente do que se chama de Terceiro Mundo, e a incômoda e irreparável divisão da humanidade entre “os que têm” ou “os que comem” e os que “não têm” ou “os que não dormem com medo dos que não comem”, tem uma configuração decisiva nestas interações fatais da política imperialista de dominações e ajustes econômicos.

A geopolítica mundial atualmente, centrada nos poderes técnicos, científicos, financeiro, agroindustrial e midiático vive momentos quentes. Tendo que responder ou apontar culpados com o assustador aumento dos preços dos alimentos e os diversos conflitos internos que “pipocam” em países como Haiti, Camarões, Níger, Indonésia, México, Mauritânia e etc.

A FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, destaca cinco motivos para a atual crise e encarecimento dos alimentos:

- **“Impacto de mudanças climáticas**, com seca na Austrália e no Cazaquistão, inundações na Índia, em Bangladesh e no sul da África, frio rigoroso no interior da China, furacões na América Central e Caribe.”

- “**Custo dos insumos agrícolas**, como sementes, fertilizantes e adubos, setor dominado por um oligopólio mundial de empresas e que recebe impacto do aumento do Barril do Petróleo.”
- “**Consumo maior de alimentos** em países em desenvolvimento, como China e Índia, onde a dieta tradicional de grãos e cereais foi acrescentada de carne e leite.”
- “**Uso de grãos**, como o milho, na produção de biocombustíveis. No ano passado 100 milhões de toneladas de grãos foram usadas para biocombustíveis, com subsídios em alguns países.”
- “**A especulação financeira** em Bolsas de mercados futuros, onde são definidos os preços das commodities agrícolas. Os fundos especulativos existem, mas estão lucrando com a oportunidade. Se não houvesse essa oportunidade, os fundos especulativos não ganhariam o que estão tendo agora.”

Sabemos que o aumento dos alimentos não tem uma causa única, porém, mesmo com a “fumaça” que “embaça” o cenário da crise, enxergamos que a mesma não consiste na falta de comida em si. A FAO, nos aponta os “culpados” da crise. As mudanças climáticas apenas, não seria capaz de esgotar o estoque mundial de alimentos a ponto da crise alimentar ser de uma escala mundial. Os Insumos agrícolas, de fato tiveram significativo aumento, cerca de 50%, como “reflexo” do poder técnico da atual geopolítica, que concentra na mão de empresas técnicas e recursos, que ao contrário do que se esperava com a badalada Revolução Verde da década de 60, como vemos, não vêm contribuindo de fato com a crise e muito menos com a Fome. O aumento do consumo de alimentos, se justifica em dados, realmente maior número de pessoas, principalmente chineses e indianos estão se alimentando melhor, porém o número de famintos no mundo ainda são 860 milhões, e tal componente não se justifica quando no outro hemisfério, a briga das populações que lá vivem é contra o colesterol e a obesidade e pior, utilizam alimento como fonte geradora de biocombustível, como o caso do milho nos EUA, além de grande parte da produção mundial de grãos ser destinada à ração animal.

Concomitante ao desenrolar da crise, vemos um “desenrolar” também muito comentado e, assim como a Revolução Verde da década de 60, muito promissor, o crescente setor dos agrocombustíveis. Pelo poder midiático entitulado de Bioenergia, e caracterizado como “energia limpa”, a fim de “convencer” o quão importante o é para a sociedade como fonte que irá substituir o petróleo e assim poder manter nosso “confortável e agradável” modo de vida, o setor sucroalcooleiro vem despontando no território brasileiro com novos personagens e extensas áreas a seu favor. Os novos investidores, em nada se assemelham aos antigos usineiros, são acostumados ao mercado especulativo mundial e estão dispostos a correr riscos para embolsar fortunas num futuro próximo. Os mesmos, utilizam de diversas estratégias, uns compram usinas a serem construídas, outros já prontas, como no caso da Infinity BioEnergy, empresa formada por 50 investidores estrangeiros, que demonstra um apetite invejável no setor, tanto que já investiu 600 milhões de dólares na compra de 7 usinas em funcionamento no estado do ES e MG.

Como vemos, dois cenários distintos e sobrepostos se revelam no atual contexto de uma geopolítica mundial, que a meu ver, fica mais claro, quando observa-se uma migração de grandes capitais para o setor dos “biocombustíveis”. Parto do princípio de poder e domínio na geopolítica mundial. Sendo assim, tal migração dos investimentos, não se deve a razões ambientais na qual os investidores buscam uma transição energética para o bem do planeta e da humanidade, e sim uma transição devido a oportunidades, às “brechas” do momento, que prometem domínio e poder. O desenvolvimento dos Biocombustíveis, está diretamente ligado à alta do preço do barril do petróleo. E vale destacar que, os mesmos que especulam o preço do petróleo, são os que apontam a solução do combustível verde e “riem” com a miséria alheia e conflitos internos em países do Terceiro Mundo. Assim, talvez se os poderes da geopolítica vigente não nos cegarem por completo, vejamos o quanto os donos do poder se movem estrategicamente para terem o controle e domínio da nova matriz energética, o verde (nem tão verde assim) etanol.

ABASTECIMENTO – DA PRODUÇÃO AO CONSUMO

1- Urbanização e Abastecimento: Mudanças nos Hábitos Alimentares

A agricultura capixaba, nas últimas três décadas, foi capaz de responder ao desafio de gerar mais produção (alimentos e matérias-primas) para satisfazer um mercado crescentemente urbanizado e de maior poder aquisitivo. O modelo de industrialização induzido, priorizado a partir da crise da cafeicultura na década de sessenta, provocou transformações significativas na economia e demografia estadual: êxodo rural, urbanização crescente, elevação de salários, entre outras.

O Estado do Espírito Santo apresenta-se, hoje, com uma população predominantemente urbana e com um setor industrial que tem expressiva participação na formação da renda interna estadual. Além disso, dada a posição estratégica do Estado e sua vocação exportadora, o setor de serviços sobrepujou os demais na geração da renda interna.

Conseqüentemente, ampliou-se a demanda por alimentos. Esta, por sua vez, foi influenciada por novos hábitos alimentares, com incremento do consumo de carnes e hortigranjeiros, mas é ainda significativo o consumo de alimentos básicos, sobretudo pela população mais carente.

A par das transformações anteriormente explicitadas, a produção de hortigranjeiros recebeu ainda forte influência de dois outros fatores:

a) A implantação da CEASA/ES, em 1977, passou a viabilizar de forma mais adequadas à comercialização da produção e

b) A atração que esta atividade agrícola exerce sobre o produtor devido à sua maior rentabilidade e retorno financeiro quase que imediato.

A Tabela 04 mostra o aumento da produção de alimentos de origem animal nos últimos doze anos, destacando-se a produção de ovos (228,5%), carne de aves (100,4%), carne suína (62,8%), carne bovina (48,9%) e leite (28,0%).

2- Mudanças Históricas nas Estruturas de Abastecimento

As mudanças estruturais que o Estado do Espírito Santo experimentou a partir do final da década de sessenta, cujo sinal mais evidente foi o extraordinário crescimento urbano da Grande Vitória, trouxe uma grande preocupação para o poder público quanto à implantação de políticas de abastecimento. Ações voltadas à sustentação de preços mínimos, à formação de estoques reguladores, à distribuição de alimentos, principalmente às camadas mais pobres da população e ao apoio à comercialização de hortigranjeiros representaram o esforço governamental nas três últimas décadas.

A Política de Preços Mínimos, iniciada para dar segurança aos agricultores em momentos de queda de preços provocados por situações adversas no mercado, em especial para os alimentos básicos - milho, feijão, arroz e mandioca - previa inicialmente dois mecanismos de defesa do produtor rural: O EGF/Empréstimo do Governo Federal e o AGF/Aquisição do Governo Federal. Esta política evoluiu, à luz da experiência governamental e, atualmente, o agricultor dispõe dos seguintes instrumentos de apoio à comercialização:

- a) LEC - linha especial de crédito à comercialização;
- b) PEP - prêmio de escoamento da produção;
- c) VEP - valor de escoamento da produção;
- d) Contratos de opção de venda;
- e) AGF - aquisição do Governo Federal e
- f) EGF - empréstimo do Governo Federal.

Paralelamente, a CONAB/Companhia Nacional de Abastecimento, mantém cadastro da rede nacional de armazenamento e exerce fiscalização e monitoramento desta rede.

No que se refere à distribuição de alimentos, há que se ter em mente a estrutura vigente na década de setenta, em que os armazéns, mercearias, açougues e quitandas garantiam o suprimento à população. Releva-se o fato que, até esta década, o Estado do Espírito Santo era pouco urbanizado (28% dos habitantes viviam nas cidades) e 72% moravam nas áreas rurais.

Após 1970, em razão da acelerada urbanização, há uma alteração na estrutura de distribuição de alimentos com o aparecimento dos supermercados que apresentavam um "mix" mais diversificado de produtos, novas marcas, estrutura logística mais avançada, ações de marketing, entre outras

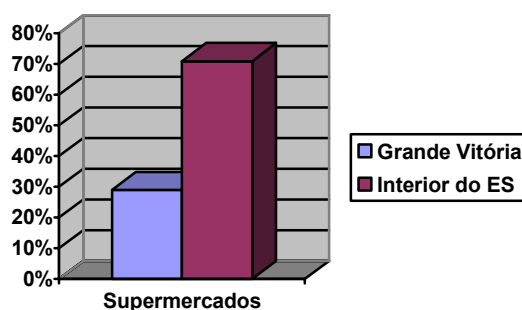
características. Até meados dos anos oitenta a rede de supermercados situava-se, em sua grande maioria, nos bairros nobres e atendia prioritariamente às classes A e B. Já no final dos anos oitenta, os supermercados estenderam sua rede para a periferia das grandes cidades, buscando atender a clientes das classes C, D e E. Paralelamente, em função dos atributos já qualificados, os supermercados foram impondo sua hegemonia estrutural, operacional e financeira, o que levou ao enfraquecimento das estruturas tradicionais de armazéns, mercearias, quitandas e açougues.

No que se refere ao abastecimento de hortigranjeiros, especificamente, houve uma alteração significativa na estrutura de abastecimento destes produtos ao longo dos últimos trinta anos. Até 1977, o comércio atacadista concentrava-se no Mercado da Vila Rubim e no Mercado Capixaba, enquanto o comércio varejista era muito capilarizado e formado por quitandas, feiras-livres e supermercados. Ao final década e durante os anos oitenta, ocorrem mudanças significativas no segmento de hortigranjeiros: a CEASA/ES passa a concentrar o mercado atacadista e os "quilões" ganham projeção. Na década seguinte, nos anos noventa, novas mudanças abalaram a estrutura do setor: os supermercados expandiram seus negócios, o que continuou ocorrendo na atual década.

Caracterização

O processo de abastecimento no Estado do Espírito Santo passa, fundamentalmente, pela rede de supermercados, que detém a hegemonia na oferta e comercialização de alimentos à população. Estima-se que a rede supermercados seja responsável por 80% do total comercializado. Em recente pesquisa promovida pela ACAPS/Associação Capixaba de Supermercados, constatou-se a existência de 2.258 estabelecimentos, sendo 29% deles localizados na Grande Vitória e 71% no interior do Estado.

No que se refere à oferta e comercialização de hortigranjeiros, em nível de atacado, há em operação a rede coordenada pela CEASA/ES, localizada em Cariacica, que funciona nos moldes de uma “holding” do sistema.



Cenários

Cenário Inercial

A falta de uma política integrada de abastecimento envolvendo os principais agentes e estruturas do setor – agentes públicos (Rede CEASA e Prefeituras Municipais, entre outros) e agentes privados (supermercadistas, representantes de quilões, de feiras-livres, de Associações de Produtores, entre outros) desenha um cenário futuro de oligopolização do setor, com a conseqüente desestruturação das pequenas cadeias de negócios e a hegemonia econômico-financeira e funcional das grandes cadeias, especialmente de supermercados. Este cenário, se concretizado, tenderá a penalizar a população mais carente dos grandes aglomerados urbanos do Estado do Espírito Santo (Grande Vitória, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Linhares, São Mateus e Aracruz).

Cenário Desejável

A despeito de todos os problemas, as CEASA'S ainda servirão de instrumento de políticas públicas para os hortigranjeiros por serem o único elo da cadeia capaz de dar transparência ao mercado, gerando informações e conhecimentos, compensando, assim, a carência de dados estatísticos, tanto

na produção, quanto na distribuição, setores estes extremamente pulverizados. É também sabido que as pequenas e médias empresas varejistas, somando às feiras livres, quilões e quitandas, ainda representam importante canal de comercialização dos hortigranjeiros, donde se conclui que continuarão dependendo das CEASA'S, visto não terem condições de atuar diretamente nas zonas produtoras.

Em tese, a retomada do papel regulador de mercado das CEASA'S, no futuro, passará pela: reestruturação das áreas técnica e gerencial, transferência da administração de despesas condominiais para a iniciativa privada e, fundamentalmente, deixar de ser apenas locatário de área para transformar-se numa central de logística, com prestação de serviços técnicos mais eficientes, tais como padronização e classificação de produtos, capacitação dos agentes comerciais, monitoramento de resíduos de agrotóxicos e desenvolvimento de embalagens adequadas, que deverão ser descartáveis ou recicláveis, higienizáveis e paletizáveis.

Isto posto, é de fundamental importância descentralizar a CEASA CENTRAL, em Cariacica, através da implantação/operacionalização de uma rede de CEASAS REGIONAIS e de MERCADOS DE PRODUTORES e da integração entre estas estruturas descentralizadas de modo a possibilitar e facilitar a organização da produção de hortigranjeiros e a formação de preços mais próximos às áreas de concentração da produção. Especificamente, há que se dar prioridade à: 1) operacionalização plena da CEASA SUL/Cachoeiro; 2) Conclusão da CEASA NORTE/Colatina; 3) Construção da CEASA/Litoral/São Mateus; 4) Adequação da CEASA/Serrana/Santa Maria de Jetibá; 5) Operacionalização eficiente dos Mercados de Produtores de Pedra Azul/Domingos Martins; Assunção/Muniz Freire; Sede Laranja da Terra/Laranja da Terra; Picadão/Laranja da Terra e Sossego/Itarana.

Nesse passo, deverão ser realizados, ainda, os estudos de viabilidade técnica dos Mercados de Produtores de Jabaquara/Anchieta; Sede Dores do Rio Preto/Dores do Rio Preto e Várzea Alegre/Santa Tereza.

Este conjunto de ações pressupõe que não se efetue investimentos em áreas físicas na CEASA CENTRAL/Cariacica, e sim, promova-se a modernização das instalações desta. Por fim, há que se trabalhar de forma inteligente e obstinada na questão da organização dos agricultores familiares, removendo um dos principais entraves da comercialização, qual seja, o transporte da produção desde a propriedade até o mercado.

Estratégias e Ações

Estratégias

- 1) Promoção da produção e comercialização de alimentos realizadas em bases socialmente eqüitativas, permitindo o fortalecimento da agricultura familiar, a disponibilidade de alimentos com qualidade, e um desenvolvimento sustentável;
- 2) Ampliação do acesso a uma alimentação de qualidade, regulando as condições em que os alimentos são disponibilizados à população;
- 3) Promoção da educação alimentar, introduzindo práticas alimentares saudáveis e combatendo o desperdício.
- 4) Elaboração de estudos de mercado para os produtos agrícolas locais.
- 5) Incentivo à presença dos diferentes grupos da sociedade civil na formulação e implantação da política de abastecimento alimentar.

Ações Estratégicas

O Estado, através da SEAG, INCAPER, IDAF e CEASA/ES, deverá reassumir seu papel de regulamentador do mercado e articulador dos diversos agentes da cadeia produtiva de hortigranjeiros, adequando o atual entreposto numa central de logística de apoio à comercialização de hortigranjeiros. Para tanto, o ponto de partida haverá de ser a reestruturação da competência técnica e administrativa e retomada imediata dos trabalhos de acompanhamento do mercado enfatizando as ações estratégicas:

- 1) Implementação efetiva de rede de comercialização, envolvendo não só o segmento público mais também a interface com os mercados privados;
- 2) Implantação de programa de melhoria das embalagens, classificação e rotulagem;
- 3) Capacitação dos produtores capixabas e agentes comerciais em agronegócio;
- 4) Implantação de infra-estrutura básica de comercialização, de informação de mercado, agregação de valores ao produto primário, embalagens, transporte e outros, nas áreas de concentração da produção;
- 5) Implantação de mercado alternativo de flores, produtos da agroindústria familiar, produtos orgânicos, pescados, entre outros;
- 6) Implantação de Programa de Monitoramento dos níveis de resíduos de agrotóxicos nos produtos alimentares;
- 7) Participação no Programa Fome Zero/Banco de Alimentos;
- 8) Implantação de Programa de Educação Alimentar com práticas alimentares

saudáveis e de combate ao desperdício;

9) Implantação de uma estrutura moderna para comercialização dos produtos agrícolas capixabas;

10) Incentivar à organização dos produtores de base familiar em cooperativas, associações ou outras formas de organização;

Fatores Facilitadores

- Excelente posição geográfica do Estado, em relação aos principais mercados consumidores da região Sudeste e do Sul do Estado da Bahia, o que facilita a distribuição dos produtos e a competição pela redução no custo do transporte.
- Condições edafoclimáticas favoráveis ao plantio de inverno e verão, propiciando o fornecimento da maioria dos produtos durante todo o ano.
- Tendência de crescimento dos mercados interno e externo tanto para frutas in natura quanto processadas.
- Vontade política favorável no atual Governo visando a revitalizar a rede de comercialização e abastecimento estadual.
- Presença de empresas capixabas com experiência internacional e capacidade empresarial.
- Facilidade da rede logística estadual (transporte terrestre, aéreo e marítimo) para exportação.
- Aumento no comércio de hortigranjeiros diretamente da propriedade para as grandes redes de comercialização, com obtenção de maiores lucros.
- Facilidade de comunicação entre os municípios.
- Crescimento do setor industrial, com a presença de empresas processadoras de frutas, com interface com a produção local.
- Gradativa melhoria da qualidade dos produtos ofertados, pela exigência das redes de comercialização.
- Exportação de produtos frutícolas para mercados de países do MERCOSUL, EUA e comunidade européia, já sendo uma realidade e em franca expansão.
- Tradição formada ao longo de vários anos no cultivo de algumas frutas, como por exemplo, banana, abacaxi, mamão, coco, etc.
- Existência dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentado, na maioria dos Municípios Capixabas.

- Existência, em vários municípios, de instituições de ensino agrícola, como Escolas Agrotécnicas Federais, Escolas Famílias (EFA/MEPES), CIER, etc.
- Disponibilidade de crédito agrícola do PRONAF, com encargos financeiros favorecidos.
- Problemas quanto ao elevado índice de emissão de cheques sem fundos.
- Estrutura fundiária composta por pequenas propriedades.
- Falta de organização dos consumidores.
- Propriedade administrada pela mão-de-obra familiar.
- Agências bancárias em todos municípios.
- Rede de distribuição (mercados expedidores) particular instalada nos diferentes pólos de produção, oferecendo facilidade na comercialização.

Fatores Limitadores

- Falta de espaço físico na CEASA/Cariacica.
- Não implantação de uma rede de CEASAS regionais nas macrorregiões e de Mercados de Produtores nas zonas de concentração da produção.
- Desmonte da equipe técnica do sistema e falta de capacitação da mesma.
- Baixo grau de organização dos produtores rurais.
- Descontinuidade dos programas de abastecimento alimentar.
- Ação oportunista dos atravessadores, inclusive dentro da CEASA/ES.
- Uso irracional e ou falta de recursos hídricos, sobretudo no norte do Espírito Santo;
- Assistência técnica governamental ainda deficiente.
- Falta de estudos de mercados para os produtos agrícolas.
- Alto custo dos fretes.
- Estradas vicinais em situação bastante precária.
- Embalagens inadequadas e precária classificação dos produtos hortigranjeiros, o que tem prejudicado a imagem do produto capixaba.
- Baixa qualificação profissional da mão-de-obra utilizada nos segmentos da produção e distribuição.
- Falta de planejamento para diversificação e aumento da produção agrícola capixaba.
- Persistência da dificuldade de acesso ao crédito rural pela agricultura familiar.

- Problemas quanto ao elevado índice de emissão de cheques sem fundos.
- Perda do poder aquisitivo da população consumidora.
- Falta de organização dos consumidores.
- Base econômica da agricultura capixaba sustentada na cultura do café.
- Maioria dos terrenos agrícolas com topografia muito acidentada.

3. A CEASA

História da Centrais de Abastecimento do Espírito Santo – CEASA/ES

Com o crescimento dos centros urbanos do país, o processo de distribuição de produtos hortigranjeiros tornou-se mais complexo e oneroso, o que aliado à precariedade dos mercados tradicionais, suscitou a necessidade de aperfeiçoamento das estruturas de comercialização desses produtos.

No final da década de sessenta, o Governo Federal identificou um grande estrangulamento no sistema de comercialização de hortigranjeiros no país. A comercialização era realizada nas ruas, sem fiscalização, sem higiene, sem a devida transparência dos preços e em embalagens inadequadas. Além de o produtor sentir-se desestimulado face às perdas, havia ainda o lixo produzido e o engarrafamento no trânsito nas imediações onde ocorria a distribuição dos alimentos.

Diante deste cenário, o Governo Federal buscou ajuda de organismos internacionais, como a FAO - Órgão das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação para a solução desta problemática, além da experiência de outros países em técnicas de planejamento, construção e operação de mercados atacadistas.

O Programa Estratégico de Desenvolvimento (1970) e o I Plano de Desenvolvimento (1972/74) estabeleceram como prioridade a construção de Centrais de Abastecimento nas principais concentrações urbanas do país.

A partir desta decisão do Governo Federal, passaram a ser implantadas Centrais de Abastecimentos - CEASAS, destinadas à comercialização de produtos hortigranjeiros, pescados e outros perecíveis, em todas as capitais brasileiras e nas principais cidades de cada Estado, constituindo o chamado Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento - SINAC, cuja gestão ficou por conta da COBAL – Companhia Brasileira de alimentos (hoje CONAB).

No Espírito Santo, a empresa CEASA foi constituída por Escritura Pública em 06 de Junho de 1973, organizada de acordo com as normas do Grupo Executivo de Modernização do Abastecimento – GEMAB, que instituiu o Conselho Nacional de Abastecimento – CONAB, integrante do Sistema Nacional de Centrais – SINAC, com participação da extinta Companhia Brasileira de Alimentos e do Governo do Estado do Espírito Santo.

A Estadualização da Ceasa – ES se deu por força de Decreto de Lei nº 2.400/87 e 2.427/88, motivando sua regionalização diante dos serviços prestados à sociedade do Espírito Santo, e nos Termos da Lei Estadual nº 4.226, de 11 de Maio de 1989 que estabeleceu o Controle Acionário por parte do Governo do Estado do Espírito Santo.

A CEASA: FORNECEDORA DE MERCADORIAS ÀS FEIRAS

“ A Ceasa configura-se em um posto atacadista de grande importância para o Estado, funcionando desde 1976, sendo um centro fixo de comercialização entre produtores e atravessadores com os varejistas. Antes da implantação da Ceasa, em Campo Grande, Cariacica, a oferta de hortifrutigranjeiros era descentralizada e funcionava, principalmente, no mercado da Vila Rubim onde não possui uma estrutura específica. As péssimas condições para receber uma grande quantidade de produtores, faziam com que os caminhões se amontoassem na rua, com os produtos expostos ao sol e a chuva. Atualmente, a Ceasa é a melhor opção de comercialização para os produtores, mas não é satisfatoriamente estruturada, já que existem inúmeras reclamações sobre a administração e funcionalidade dela, tanto por parte dos consumidores, como por parte dos produtores.”

“Todavia, a Ceasa é um dos principais fornecedores de mercadorias para as feiras livres de Vitória. Ela é abastecida por produtos de diversos lugares, desde as propriedades rurais próximas (de 1h a 2h de viagem), como propriedades muito distantes, inclusive de outros Estados, ou ainda, produtos de outros países.”

“Assim, os canais de comercialização do produtor até o consumidor, se completam. A Ceasa funciona como um grande centro comercial agrícola, interagindo entre o homem do campo e o homem da cidade, sendo fundamental para a comercialização desses produtos e para o abastecimento urbano, já que, em relação aos varejistas, é o principal fornecedor. Entretanto, a feira forma uma segunda opção para os pequenos produtores escoarem as suas produções, até porque ao vender direto para os consumidores, conseguem passar seus produtos por um preço melhor do que se vendessem para os atravessadores e para os varejistas na Ceasa.”

6. A CONAB

Empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa, criada por Decreto Presidencial e autorizada pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, tendo iniciado suas atividades em 1º de Janeiro de 1991.

O surgimento da Conab representou um passo importante na racionalização da estrutura do Governo Federal, pois se originou da fusão de três empresas públicas, a Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal), Companhia de Financiamento da Produção (CFP) e a Companhia Brasileira de Armazenamento (Cibrazem), que atuavam em áreas distintas e complementares, quais sejam, abastecimento, fomento à produção agrícola e armazenagem, respectivamente.

A Conab é a empresa oficial do Governo Federal, encarregada de gerir as políticas agrícolas e de abastecimento, visando assegurar o atendimento das necessidades básicas da sociedade, preservando e estimulando os mecanismos de mercado.

A Conab possui uma estrutura convencional, contando com Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Colegiada, integrada pela Presidência, Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira (Diafi), Diretoria de Logística e Gestão Empresarial (Digem) e Diretoria de Gestão de Estoques (Diges).

A Companhia atua em todo território nacional, por meio de suas Superintendências Regionais, localizadas nos estados do AM, BA, CE, ES, GO, MA, MT, MS, MG, PA, PI, PB, PR, PE, RJ, RN, RO, RS, SC, SP e TO. Vinculadas a elas, existem 96 Unidades Armazenadoras (UA).

A Companhia tem como instrumentos básicos a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), Prêmio para Escoamento de Produtos (PEP), Contrato de Opção, Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola Oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda (PROP), Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO), Prêmio para Equalização do Valor de Referência da Soja em Grãos (PESOJA), Vendas em Balcão - programa destinado aos pequenos criadores e agroindústrias de pequeno porte.

Promove através de meio seguro a comercialização eletrônica de produtos e serviços relacionados às atividades finalísticas e de produtos e insumos para terceiros e, também, presta serviços de armazenagem e de classificação de produtos agrícolas. Realiza levantamento de safras com forte utilização de geotecnologias, mantém informações e séries históricas de indicadores agropecuários, análise de mercado e conjunturas agrícolas.

Na área social a Conab atua em parceria com o Fome Zero, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), sendo responsável pela logística do recebimento, armazenamento e distribuição dos donativos.

A Companhia também promove, via leilão eletrônico, a compra de alimentos para atendimento aos índios, quilombolas e assentados que se encontram em situação de carência alimentar. Também atua no Programa de Apoio à Agricultura Familiar, realizando a compra direta, a compra antecipada e os contratos de garantia de compra.

7. CONSEA

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) é um instrumento de articulação entre governo e sociedade civil na proposição de diretrizes para as ações na área da alimentação e nutrição. Instalado no dia 30 de janeiro de 2003, o Conselho tem caráter consultivo e assessoria o Presidente da República na formulação de políticas e na definição de orientações para que o país garanta o direito humano à alimentação.

O CONSEA estimula que a sociedade participe da formulação, execução e acompanhamento de políticas de Segurança Alimentar e Nutricional. Considera que a organização da sociedade é uma condição essencial para as conquistas sociais e para a superação definitiva da exclusão.

Inspirado nas resoluções da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em março de 2004, o CONSEA trabalha sobre diferentes programas, como a Alimentação Escolar, o Bolsa Família, a Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, a Vigilância Alimentar e Nutricional, entre outros.

O CONSEA (gestão 2007/2009) é formado por 57 conselheiros - 38 representantes da sociedade civil organizada e 19 ministros de Estado e representantes do Governo Federal, além de 23 observadores convidados. O presidente do CONSEA, Renato Maluf é um representante da sociedade. É pesquisador e diretor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). E o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias é o secretário do órgão, que tem como patrono o cientista social Josué de Castro, pioneiro das abordagens científicas sobre o fenômeno da Fome.

Conselhos Locais

A ação local é fundamental. Estados e municípios devem criar conselhos locais para tratar de questões específicas da região relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional. Atualmente são 27 conselhos estaduais.

Qual é o papel do Conselho Municipal?

Elaborar diretrizes para implantar a política local de SAN em sintonia com as diretrizes traçadas pelos conselhos estadual e nacional; orienta a implantação de programas sociais ligados à alimentação, estabelecendo diretrizes e prioridades; e articula a participação da sociedade civil

Como criar um Conselho Municipal?

As prefeituras devem apoiar a criação dos conselhos municipais. O Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do município deve congrega três setores da sociedade: representantes do poder público; representantes da sociedade civil organizada, ou seja, entidades ou instituições que já atuam em segurança alimentar (igrejas, sindicatos, cooperativas, ONGs, universidades etc.) e. O CONSEA Nacional recomenda a proporção de 1/3 para poder público e 2/3 para sociedade civil.

SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Depois de criar o Fome Zero, o Governo Federal vai instituir um marco legal para as políticas de alimentação no País. O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) tem como objetivo executar e acompanhar os programas de segurança alimentar, por meio de ações realizadas em parceria com as três esferas de governo (União, estados e municípios) e a sociedade civil.

Por meio do SISAN, o governo espera garantir a todos os brasileiros o direito à alimentação de boa qualidade e em quantidade suficiente, como determina a Constituição. O Sistema dará prioridade a ações descentralizadas de combate à fome, aproveitando a experiência já adquirida pelos conselhos estaduais de segurança alimentar.

Além disso, com a proposta, o Executivo transforma os programas relacionados à nutrição humana e combate à fome em políticas de caráter permanente, evitando que as trocas de governo provoquem descontinuidade administrativa. Entre esses programas estão o de Alimentação Escolar e o de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar.

Vão integrar o Sistema o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. As duas instâncias atuarão de forma conjunta definindo as políticas de segurança alimentar, a serem implementadas e acompanhadas. O CONSEA será transformado em órgão permanente da Presidência da

República e também será responsável pela organização periódica de uma Conferência Nacional para estabelecer as grandes diretrizes nacionais sobre o combate à fome e o acesso à alimentação.

A segurança alimentar é um termo que foi introduzido na administração pública brasileira na década de 90 e segue orientações da Organização das Nações Unidas (ONU) para o combate à pobreza por meio de políticas alimentares. Outras políticas recomendadas são de educação e transferência de renda, como o Programa Bolsa Família.

O Projeto de Lei pretende garantir o apoio do Estado na produção, comercialização e abastecimento de alimentos, a utilização sustentável dos recursos naturais, a promoção de práticas de boa alimentação por meio de programas educacionais, a distribuição de água e alimentos em situações de crise, a garantia da qualidade biológica e nutricional dos gêneros alimentícios.

Estabelece ainda que o direito à alimentação requer a soberania alimentar do País e que a prioridade das ações públicas será para a agroindústria brasileira, com base na cultura alimentar do país. O objetivo é preservar os hábitos da população da influência de outros países.

A proposta foi elaborada em parceria pelo CONSEA, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e outros ministérios. A idéia de colocar na legislação a manutenção de políticas alimentares surgiu durante a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em março, em Olinda (PE). Os cerca de 1.300 participantes decidiram que a segurança alimentar deveria ter um respaldo legal, como já ocorre com a saúde, que possui um Sistema Único de Saúde (SUS) e a Lei Orgânica da Saúde (8080/90).

LOSAN

A Lei da Segurança Alimentar e Nutricional – Losan (Lei no .346), representa o reconhecimento legal do direito da população brasileira a ter alimentação adequada, em quantidade e de forma permanente. Em vigor desde 15 de setembro de 2006, a lei institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), que prevê a formulação do Plano e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNAN), com diretrizes, metas, recursos e instrumentos de avaliação e monitoramento.

Para atender ao desafio da viabilização prática do Sisan, governo federal e sociedade civil têm se unido em ações e programas voltados ao tema. Entre as articulações ligadas ao tema, destacam-se iniciativas como o Programa Milhão de Cisternas (P MC), parceria da Articulação do Semi-Árido (ASA) com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); e o Programa

de Aquisição de Alimentos (PAA), parceria entre o MDS, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), além de organizações de agricultores familiares e governos estaduais e municipais.

A integração com o Ministério da Saúde (MS) ocorre por meio do Sistema Único de Saúde, como a incorporação de nutricionistas à equipe do Programa Saúde da Família. Para a coordenadora geral da Política de Alimentação e Nutrição do ministério, Ana Beatriz Vasconcellos, promover a alimentação saudável no setor significa trabalhar para garantir de forma permanente a implementação de uma política alicerçada, sobretudo, na ética. “A meta é possibilitar o acesso a uma dieta diversificada para o cidadão brasileiro, com alimentos e preparações regionais de produção local e elevado valor nutritivo, além da referência cultural e da segurança sanitária”, explica Ana Beatriz, que reforça a importância do Sisan para a evolução alimentar no país.

Segundo a conselheira do Consea, representante da Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos, Marília Leão, a missão central do Sisan é fazer com que o Estado respeite, proteja, promova e crie as condições de defesa e exigibilidade do direito humano à alimentação saudável.

“O Sisan é o sistema no qual depositamos nossas esperanças e energia para vermos o direito humano à alimentação adequada tornar-se uma realidade para todos”.

Consea estaduais

Na última Conferência Nacional de Segurança Alimentar, realizada em julho, grande enfoque foi dado ao início das discussões sobre a implantação desse sistema. Um exemplo da Mobilização dos estados vem da Bahia. De acordo com o presidente do Consea-BA e membro da ONG Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais, Carlos Eduardo de Souza Leite, o planejamento para a implementação das políticas do estado já está definido. “O governo, junto com órgãos da sociedade civil, dividiu os 447 municípios baianos em 26 territórios. Sendo assim, as estratégias deliberadas pelo Sisan apresentarão características sociais, econômicas, ambientais e culturais definidas por região”, revela Carlos Eduardo, para quem o assunto segurança

alimentar deve ser encarado como prioridade nas políticas públicas dos governos estaduais.

Definição e objetivo

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) é um conjunto de mecanismos que formula e implementa políticas e ações de combate à fome no país, bem como promove a Segurança Alimentar e Nutricional, por meio de ações realizadas em parceria com as três esferas de governo (União, estados e municípios) e a sociedade civil.

Assim, espera-se assegurar à população brasileira o direito à alimentação de qualidade e em quantidade suficiente, conforme determina a Constituição Federal.

Integrantes

Para participar do Sisan, é preciso obedecer aos seus princípios e suas diretrizes, além de estar de acordo com os critérios estabelecidos pelo Consea e pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – responsável pela consecução da segurança alimentar e nutricional. Integram o Sisan:

- Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea);
- Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, integrada por ministros de Estado e secretários especiais;
- Órgãos e entidades de segurança alimentar e nutricional da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;
- Instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, que manifestem interesse em aderir ao Sistema.

Diretrizes

- Promover a intersetorialidade das políticas, programas e ações governamentais e não-governamentais;

- Descentralizar ações e articulações, em regime de colaboração, entre as esferas do governo;
- Monitorar a situação alimentar e nutricional, visando subsidiar o ciclo de gestão das políticas para a área nas diferentes esferas de governo;
- Conjuguar medidas diretas e imediatas de garantia de acesso à alimentação adequada, com ações que ampliem a capacidade de subsistência autônoma da população;
- Realizar articulação entre orçamento e gestão;
- Estimular o desenvolvimento de pesquisas e a capacitação de recursos humanos.

Vantagens

Com a instituição do Sisan, pretende-se aperfeiçoar e fortalecer a destinação de recursos financeiros para ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional que, hoje, são dependentes de negociações segmentadas. Além disso, promover a ampliação das ações coordenadas entre o governo federal, governos estaduais e municipais e melhorar a integração entre o conselho nacional e os conselhos estaduais e municipais de segurança alimentar e nutricional.

8. AS TRADICIONAIS FEIRAS LIVRES

“As feiras livres são atividades comerciais que atravessaram séculos e foram se adequando a realidade que o tempo e o espaço exigiam.”

“Foram elas que lançaram os homens num caminho contínuo que os levou à grandes revoluções e às grandes concepções econômicas do mundo moderno. A feira não supõe apenas o ponto de contato periódico entre compradores e vendedores, mas também supõe uma organização espacial.”

SURGIMENTO DAS FEIRAS NO BRASIL

“No Brasil, o comércio de gêneros alimentícios tem sua gênese desde o século XVI, entretanto registros oficiais sobre as feiras livres datam de meados do século XVII, em São Paulo. (...) Mas, somente no começo do século XIX, estruturam-se as feiras fora dos centros da cidade, essas eram instaladas em locais de pouso de tropas. No Rio de Janeiro, as feiras livres também tiveram seu início no século XVI, era muito comum o comércio de gêneros alimentícios nas praças e ruas.”

“As feiras também eram muito comuns no interior do Brasil. A população rural costumava dirigir-se aos centros locais, em dias estabelecidos para vender e comprar os bens produzidos na área e os que são trazidos de regiões mais distantes. Em muitas dessas feiras era realizado um tipo de troca direta de objetos, o escambo, sem uso de dinheiro.”

“Hoje, nos grandes centros urbanos brasileiros é costume também a realização de feiras livres semanais, nas quais a população se abastece de produtos hortifrutigranjeiros, cereais, grãos, laticínios, roupas e calçados. Esses mercados, em geral, são organizados pelas prefeituras em periodicidade semanal ou quinzenal. Atualmente somente na cidade de São Paulo existem aproximadamente 900 feiras livres.”

AS FEIRAS LIVRES DE VITÓRIA

“Em Vitória, as feiras iniciaram-se na década de 40, com a finalidade de possibilitar um melhor abastecimento de produtos à população que vivia distante do centro da Capital, determinados bairros exigiam o embarque em dois bondes para se ir as compras no mercado da Vila Rubim. A primeira feira montada foi a de Gurigica, em funcionamento até os dias atuais, que tinha 12 barracas. Atualmente, possui 149 barracas e funciona no bairro Consolação, rua de limite com o bairro Horto. Vitória possui atualmente 14 feiras livres, que abrange todas as regiões do município, a mais recente é a do Barro Vermelho, iniciada em agosto de 2002, onde são oferecidos produtos orgânicos, sem agrotóxicos e adubos químicos, produzidos, em geral, por agricultura familiar.

“As feiras livres, principalmente as dos grandes centros, como Vitória, garantem uma parcela significativa no abastecimento de gêneros alimentícios para a população.”

FUNCIONAMENTO E REGULAMENTAÇÃO DAS FEIRAS LIVRES EM VITÓRIA

“As quatorze feiras livres organizadas pela Prefeitura, funcionam pela manhã, no horário de 5 às 12h, em um dia específico da semana.”

“A Secretaria de Meio Ambiente e Serviços da Prefeitura, exige o cadastro de todos os feirantes, com a finalidade de garantir a montagem das barracas onde são autorizadas e impedir o aumento de ambulantes e de feirantes sem alvará nas feiras.”

“As feiras são vistas como oportunidade de trabalho para centenas de pessoas que direta e/ou indiretamente, trabalham na informalidade, num mercado onde não se paga água, luz e impostos, a única taxa cobrada é a de ocupação de área – empachamento – paga anualmente a Prefeitura. O valor da taxa varia de acordo com a metragem da banca.”

“O comércio das feiras livres é atividade tradicional no município e com relevância econômica para a cidade, não apenas pela geração de renda para os seus trabalhadores, mas pelo abastecimento da população em produtos de primeira necessidade. Porém gera alguns problemas, principalmente relacionados ao seu ordenamento, limpeza e controle.”

“Visando criar um novo padrão de organização e de qualificação para esse tipo de comércio na cidade, a Administração Municipal desenvolveu o “Projeto Qualifeira”, objetivando fazer com que as barracas instaladas sigam a padronização de qualidade e higiene, respeitando as normas e adaptando o seu funcionamento de acordo com a orientação da Prefeitura; que também colocou à disposição um “stand” dentro de cada feira, com o intuito de ouvir a comunidade frequentadora, buscando desta forma, sugestões e informações sobre as feiras do município. O Projeto Qualifeira agrega fiscais da Prefeitura de Vitória, Vigilância Sanitária, Inmetro e Polícia Ambiental.”

“Apesar do alto custo de investimentos dos feirantes para padronização das barracas e para a aquisição dos equipamentos exigidos, 89% deles consideram que as mudanças contribuíram para a melhoria estética e sanitária das feiras.”

“Atualmente, além dos produtos hortifrutigranjeiros, suínos, pescados e artesanatos; nas feiras encontram-se comida congelada, cosméticos, perfumarias, produtos industrializados importados (brinquedos, roupas, cd’s, rádios, relógios), etc; tal diversidade revela a adaptação desse mercado ao mundo contemporâneo.”

“A organização de uma feira livre, quanto à qualidade dos produtos vendidos, os preços oferecidos e a forma de medição dos produtos (quantidade por bacia, dúzia ou peso), varia segundo o mercado consumidor, ou seja, poder aquisitivo e dia da semana em que é realizada.”

“O mercado tradicional das feiras livres faz parte do setor informal da economia, também conhecido como economia subterrânea, invisível,

clandestina, oculta ou que “não existe nos dados oficiais sobre Produto Interno Bruto”. Os atores desse setor envolvidos no trabalho, não pagam tributos e nem possuem vínculos trabalhistas (carteira assinada), sendo composto de trabalhadores por conta própria (o feirante e o ambulante) e os trabalhadores assalariados sem carteira assinada (os empregados dos feirantes e de empresas dos mais diversos setores).”

“Ao analisar a origem dos feirantes, verificou-se que são predominantemente imigrantes. Apenas 9% nasceram em Vitória, 16% são originários de outros municípios da Grande Vitória, os demais feirantes que trabalham na cidade são imigrantes.”

“A maioria dos feirantes não reside no município de Vitória, mas na Grande Vitória, pode-se classifica-los como migrantes diários, ou seja, vêm de outros municípios para trabalhar e voltam no mesmo dia. A Grande Vitória é residência de 80% dos feirantes, o município de Cariacica é residência para mais de 27% dos feirantes, outro importante abastecedor das feiras de Vitória é o município de Viana, onde 11,6% dos feirantes residem.”

DISTRIBUIÇÃO NOS DIAS DA SEMANA DAS FEIRAS LIVRES

“As feiras livres de Vitória funcionam de terça-feira a domingo, cada feira tem um dia específico para acontecer. (...) A maioria dos feirantes trabalha em diversas feiras durante a semana.”

Bairros	Rua	Dia/semana
Bairro república	Av. Pres. Castelo branco	Terça-feira
Bento Ferreira	Rua Amenóphis de Assis	Domingo
Itararé	Rua das palmeiras	Quarta-feira
Santo antônio	Rua archimino mattos	Quarta-feira
Praia do canto	Rua constante sodré (no final)	Quinta-feira
Jardim camburi	Rua carlos romero marangoni	Sexta-feira
Santa lúcia	Rua constante sodré (no final)	Sexta-feira
Caratoíra	Rua arthur bernades	Sábado
Jardim da penha	Rua comissário otávio queiroz	Sábado
Jardim da penha 2	Av. Luiz Manoel Velozo	Quarta-feira
Maria ortiz	Rua prof.º fernando duarte rabelo	Sábado
São pedro	Rua natalino de Freitas Neves	Sábado
Barro vermelho*	Rua arlindo brás do nascimento	Sábado
Gurigica	Rua construtor camilo gianordoli	Domingo
Marúpe	Rua cel. José Martins Figueiredo	Domingo
Santa martha	Rua João Batista Martinho	Domingo

* produtos orgânicos

“As feiras realizadas nos finais de semana são maiores e melhores. Entre as mesmas, há uma preferência pelas do sábado.”

“A distribuição das feiras livres no município se dá por áreas residenciais, tanto em bairros considerados, comumente, de classes dominantes (média e alta), como nos de classe dominadas. Tanto em áreas residenciais antigas (Santo Antônio), quanto em áreas residenciais recentes (Jardim Camburi). No geral, as feiras situam-se, principalmente, em pontos estratégicos, em relação ao mercado consumidor, sejam pontos centrais ou próximos dos centros comerciais do bairro, ou também, em bairros mais populoso (Jardim da Penha), assim sendo, atraem para si um número muito grande de consumidor e feirantes, o que acontece, por exemplo em Jardim da Penha, a qual possui 180 feirantes cadastrados.”

O PAPEL DAS FEIRAS LIVRES NO ABASTECIMENTO

“As feiras livres ao longo do tempo vêm se constituindo em importantes fontes de de abastecimento para a população de Vitória. Localizadas em vários bairros, de diversas classes sociais, proporcionam grande diversidade de produtos. Atualmente, é possível encontrar de tudo, gêneros alimentícios (exceto carne bovina fresca), utilidades para o lar, vestuário, brinquedos, lanches, etc.”

“Os produtos oferecidos nas feiras de Vitória são provenientes de diversos lugares. Dos produtos hortifrutigranjeiros, 38% são oriundos de pequenas propriedades rurais, principalmente da região Serrana Central e Sudoeste do Espírito Santo e mais de 40% da Ceasa.”

“Os principais municípios abastecedores de alimentos nas feiras de Vitória compõem a Região Central e Sudoeste Serrana do Espírito Santo, tais como Domingos Martins, Marechal Floriano, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, Alfredo Chaves, Venda Nova do Imigrante e outros. Dentre os principais produtos escoados, destacam-se: alho, batata-inglesa, banana, morango, uva, pêsego, hortaliças, (tomate, repolho, cenouras, inhame, outras) e aviculturas (aves e ovos).”

“Viana (11,5%) e Cariacica (6,3%) são destaques no fornecimento de produtos hortifrutícolas para Vitória, em geral, esses produtos são cultivados em pequenas propriedades e contando com um trabalho familiar.”

9. OS SUPERMERCADOS

A ORIGEM E O DESENVOLVIMENTO DOS SUPERMERCADOS

“Os supermercados surgiram nos Estados Unidos na década de 30, após a grande depressão econômica do capitalismo. Os comerciantes pressionados pela necessidade de barateamento dos custos e de manutenção das vendas, começaram a introduzir auto-serviços. Isso veio proporcionar uma ampliação no setor comercial que passou a funcionar como *self service*, modo de venda diferenciado daquele da época, permitindo ao consumidor a liberdade de pegar o produto que lhe era conveniente nas prateleiras, sem o auxílio dos intermediários, e pagar apenas na saída do estabelecimento. A grande aceitação da sociedade norte-americana se deu pela facilidade de se encontrar em um só lugar vários produtos, gerando uma economia de custo e de tempo. A expansão desse sistema serviu de modelo para diversos países do mundo, inclusive para o Brasil.”

“No Brasil, os supermercados surgiram oficialmente na década de 50, na cidade de São Paulo. Entretanto, na época era muito comum estabelecimentos pequenos como: mercearias, armazéns e depósitos. Nesses sistemas havia um atendimento ao cliente no balcão, geralmente, pelo próprio proprietário e/ou o atendente (empregado do proprietário do estabelecimento), assim, o cliente fazia o pedido e o comerciante pegava e embalava o produto.”

“Os primeiros supermercados foram inaugurados em bairros de classe média ou alta, tinham grande apelo como novidade.”

“No início da década de 70, o número de supermercados cresceu significativamente. Fato que coincidiu com o período de maiores taxas de crescimento econômico – Milagre Econômico (1969-1973) – apoiado numa política concentracionista e na expansão de produtos de bens de consumo. No final dessa década, os supermercados já eram responsáveis por 60% do abastecimento em gênero alimentício da população urbana.”

“No Espírito Santo, os supermercados emergiram na década de 70, período de crescimento desse setor em todo o país. Na mesma época da evolução industrial e da urbanização gerada, principalmente, pela crise da cafeicultura no Estado. De acordo com o IBGE, a população urbana passou de 29,17% (1960) para 63,92% (1980). O aumento do mercado consumidor urbano fez com que se ampliasse as formas de distribuição de alimento no Estado, além dos diversos pequenos varejistas, os supermercados ganham destaque.”

“Na década de 90, o novo marco do Espírito Santo neste setor, foi a entrada da Rede Francesa Carrefour, inaugurando o primeiro Hipermercado do Estado, localizado em Vila Velha e promovendo uma grande mudança nos padrões de concorrência, nos estilos de gestão e na modernização, principalmente com o uso da informática.”

“Durante a década de 90, houve um aumento considerável de supermercados no Estado. (...) Entretanto, ocorreu um crescimento da concentração no setor, ou seja, uma espécie de oligopólio foi formada, onde as grandes redes de supermercadistas passaram a liderar o mercado. Nesse período ocorreram aquisições, arrendamentos e fusões de supermercados.”

“Em contrapartida, no final da década de 90, para enfrentar a acirrada concorrência com as grandes redes supermercadistas, os pequenos e médios supermercados tenderam a se reunir em associações de compras, aumentando o número de associados e promovendo uma nova dinâmica de estruturação e atendimento aos clientes.”

“Tais associações possibilitam um aumento do volume de compra, gerando um maior poder de negociação e, conseqüentemente, um menor custo. Essa redução varia, em média de 5 a 8%, mas para alguns itens a redução chega a 25%.”

O PAPEL DOS SUPERMERCADOS NA COMERCIALIZAÇÃO DE HORTIFRUTIGRANJEIRO

“A comercialização de alimentos dos supermercados até o final da década de 80, era limitada a produtos industrializados. Havia uma espécie de divisão de mercado, pois produtos hortifrutícolas, em geral, eram especialidades das feiras livres, pequenas quitandas ou hortifrutis e mercados municipais. Eram produtos excluídos dos supermercados ou oferecidos em pequenas seções, muitas vezes “a contragosto”, compunham uma seção de prejuízos ou, ainda, eram inexpressivas no faturamento das empresas.”

“As grandes redes supermercadistas instalaram lojas dentro da Ceasa, para garantir melhores negócios e assim, conseguir bons produtos a preços mais baixos, devido às imposições feitas aos produtores no ato da compra, essa imposição de preço se dá por comprar em grande quantidade.”

“Ao contrário dos produtos industrializados, que tem respaldo do fabricante no que tange à exposição, à conservação e à arrumação no ponto de venda; os produtos hortifrutis estão totalmente sob responsabilidade dos supermercados, ou seja, para adquirir altos lucros é preciso operar bem, desde a negociação dentro da Ceasa até a busca por melhores exposições e conservação dos produtos (em alguns casos é preciso utilizar câmeras frigoríficas); ou, então, a seção volta a ser “prejuízos”.”

“Os supermercados localizados em bairros habitados por classes dominantes são melhores estruturados, equipados, e apresentam “modernas” arquiteturas. Desta forma, cada lugar atribui um valor particular ao elemento nele inserido.”

OS CONSUMIDORES DOS SUPERMERCADOS

“Nada melhor define a cidade moderna que a vitrine, o aquário de luz em que bóia uma infinidade de belas ninharias. (...) O ato de consumir, levado às últimas conseqüências, transfigurou-se numa necessidade por si mesma. Dito

de outra maneira faz parte e é um valor da vida urbana.” (Paula, apud Freire, 1998, p. 65).

“A cidade é o ponto do desenvolvimento do consumo, e são essas vitrines, através de modernas técnicas de marketing, que fazem parte do cotidiano urbano, instigando o consumismo, estipulando novas necessidades de aquisições, já que as mais prementes estão “saciadas”, pelo menos, para uma parte da população.”

“Portanto, o consumismo moderno, a atenção dada ao supérfluo e as vitrines fazem dos supermercados grandes atraentes de clientelas.”

“Os supermercados consolidam-se como boa oportunidade de abastecimento para um consumidor cada vez mais ocupado e não disponível, principalmente nos horários comerciais, uma vez que as mulheres, que há algumas décadas se dedicavam exclusivamente aos serviços domésticos, inclusive as compras, vêm ocupando seu espaço no mercado de trabalho, limitando seus horários. “

“Há um grande percentual de consumidores que vão as compras duas ou mais vezes por semana (38%), isso é possível devido ao horário de funcionamento dos supermercados e as variedades que o mesmo oferece, é interessante expor que nem sempre o consumidor vai ao supermercado para comprar exclusivamente verduras, frutas ou legumes, porém, ao encontrar um produto que lhe agrada nessa seção e conforme o preço acaba comprando.”

“Como os clientes dos supermercados consomem inúmeros itens e, normalmente, não compram separadamente hortifrutis ou os demais produtos, dificilmente sabem ao certo quanto gastam semanalmente ou mensalmente com hortifrutis.”

“A renda dos consumidores é bastante diversificada, eles pertencem às diferentes classes sociais, como acontece nas feiras. Porém, nos supermercados, há diferenças conforme a localidade do mesmo, isto é, nos supermercados localizados em bairros de moradia de classes dominantes a média dos rendimentos será elevada, os situados em bairros de moradia das classes dominadas, tem uma concentração de baixíssimos rendimentos Já os que se encontram em áreas centrais e que atraem diferentes classes sociais, os rendimentos serão diversos.”

“Em suma, os supermercados são relevantes para o abastecimento hortifrutícolas de Vitória, verdadeiros centros atraentes, principalmente, em relação à comodidade, ao tempo disponível de uma população urbana cada vez mais apressada e aos preços promocionais. Além, da grande apelação publicitária que exercem sobre os consumidores, buscando transmitir uma imagem vantajosa e econômica. Entretanto, as tradicionais feiras livres também, são relevantes para o abastecimento urbano e apresentam-se como uma boa oportunidade de negociação e aquisição de produtos hortifrutícolas.”